

Ambulatório trans: perfil dos/as usuários/as e demandas para a terapia ocupacional

Trans ambulatory: profile of users and demands for occupational therapy

Trans ambulatorio: perfil de usuarios y demandas de terapia ocupacional

Recebido: 26/04/2022 | Revisado: 04/05/2022 | Aceito: 05/05/2022 | Publicado: 10/05/2022

Marilya Santos Costa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0332-169X>

Universidade Federal de Sergipe, Brasil

E-mail: marilyacs-costa@hotmail.com

Maria Milena Alves de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5236-459X>

Universidade Federal de Sergipe, Brasil

E-mail: m.millena@gmail.com

Késia Maria Maximiano de Melo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1397-2688>

Universidade Federal de Sergipe, Brasil

E-mail: kesia_maximiano@yahoo.com.br

Sandra Aiache Menta

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8890-0756>

Universidade Federal de Sergipe, Brasil

E-mail: menta@academico.ufs.br

Resumo

O cotidiano de pessoas trans passa por variáveis que são determinadas por múltiplos aspectos e repercutem em seus modos de viver além da participação social. Esse trabalho tem como objetivo geral compreender o perfil e demandas para a terapia ocupacional, dos/as usuários/as do ambulatório de saúde integral da pessoa trans do hospital universitário da federal de Sergipe. Trata-se de um estudo transversal e descritivo em um serviço de atendimento às pessoas trans em um município do interior do estado de Sergipe. Os dados referentes ao perfil dos/as usuários/as foram levantados a partir de fichas de avaliação de terapia ocupacional ao perfil dos/as usuários/as realizadas no período de 2016 a julho de 2021. Os perfis da população são de pessoas que em média têm 23 anos, moram em Aracaju, possuem ensino médio completo, uma boa/normal relação com a mãe, moram com familiares primários e estão alocados em subempregos. Possuem habilidades culinárias e habilidades manuais, mantêm atividades de lazer e possuem como projetos de vida a possibilidade de viajar e trabalhar com vínculo formal. A literatura nos afirma que boa parte das pessoas trans estão nos espaços de prostituição, o que não corrobora com os achados desta pesquisa, quando observamos, por exemplo, os dados relacionados às pessoas trans e experiências laborais.

Palavras-chave: Terapia ocupacional; Perfil; Pessoas transgênero.

Abstract

The daily reality of trans people goes through variables that are determined by historical, social and cultural conditions and affect their ways of living and forms of social participation. The general objective of this work is to understand the profile and demands for Occupational Therapy, of the users of the Transgender Comprehensive Health Outpatient Clinic of the Federal University of Sergipe. This is a cross-sectional and descriptive study in a service for trans people in a city on the interior of the State of Sergipe. Data regarding the profile of users were collected from Occupational Therapy assessment sheets to the profile of users carried out in the period from 2016 to July 2021. The population profiles are of people who on the average are people with 23 years old, live in Aracaju, have completed high school, have a good/normal relationship with their mother, live with primary family members and are allocated underemployment. They have culinary skills and manual skills, maintain leisure activities and have as life projects the possibility of traveling and working with a formal bond. Literature tells us that a good part of trans people are in prostitution spaces, which does not corroborate the findings of this research, when we observe, for example, data related to trans people and work experiences.

Keywords: Occupational therapy; Profile; Transgender people.

Resumen

La vida cotidiana de las personas trans atraviesa variables que están determinadas por múltiples aspectos y afectan sus formas de vivir más allá de la participación social. Este trabajo tiene como objetivo general comprender el perfil y las demandas de Terapia Ocupacional, de los usuarios del Consultorio Ambulatorio de Salud Integral de la Persona Trans del Hospital Universitario Federal de Sergipe. Se trata de un estudio transversal y descriptivo en un servicio para personas transgénero en un municipio del interior del Estado de Sergipe. Los datos referentes al perfil de los usuarios

se recogieron de fichas de valoración de Terapia Ocupacional al perfil de los usuarios realizadas en el periodo de 2016 a julio de 2021. Los perfiles poblacionales son de personas que, en promedio, tienen 23 años, viven en Aracaju, haber terminado el bachillerato, tener una relación buena/normal con su madre, vivir con familiares primarios y estar subempleados. Tienen habilidades culinarias y habilidades manuales, mantienen actividades de ocio y tienen como proyecto de vida la posibilidad de viajar y trabajar con un vínculo formal. La literatura nos dice que la mayoría de las personas trans se encuentran en espacios de prostitución, lo que no corrobora los hallazgos de esta investigación, cuando observamos, por ejemplo, datos relacionados con las personas trans y experiencias laborales.

Palabras clave: Terapia ocupacional; Perfil; Personas transgénero.

1. Introdução

A vida de pessoas trans passa por variáveis que são determinadas por condicionantes históricos, sociais, culturais e políticos que repercutem diretamente em seus modos de viver e nas múltiplas formas de participação social. A ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais apresenta dados que demonstram que o Brasil continua liderando o ranking de assassinatos de pessoas trans. De acordo com os dados, no ano de 2020, 77% dos crimes apresentaram formas exageradas de crueldade, com uso de excessiva tendência para golpes, socos, facadas e tiros (Antra, 2021). Junto a isso, a ANTRA também descreve os principais locais desses atos violentos que, em 47% dos casos, atingem preferencialmente partes específicas como: rosto/cabeça, área dos seios e a área genital, sempre de forma repetida e associada para demarcar seu ódio em relação a identidade de gênero das vítimas. Esses dados caracterizam e descrevem como os crimes cometidos contra essa população são muito específicos e possuem motivações que giram em torno do ódio, discriminação e preconceito.

Falamos em violências que resultam em morte, mas outras múltiplas formas de violência atravessam seus cotidianos, dificultando trânsitos, acessos, vínculos, construções de projetos de vida, entre outros.

A forma como essas violências ocorrem decorre de uma construção social que está atrelada ao padrão normativo de gênero e de sexualidade, onde o que é aceito são as relações heterossexuais e cisgênero, excluindo, violentando e humilhando, dessa forma, pessoas que fogem a essa norma e a esse padrão.

Esse processo coloca as pessoas trans, de uma maneira geral, às margens e impõe entraves para a operacionalização da vida, podendo ser percebidos nos altos índices de evasão escolar (Souza & Bernardo, 2014), no baixo índice de pessoas trans em cargos de chefia e, na mesma direção, um número considerável de pessoas submetendo-se a prostituição e outros tipos de subempregos (Dias & Bernardineli, 2016), na recorrente história de rupturas com o contexto familiar (Silva et al., 2015), entre outros. Sendo assim, essas inúmeras violências que permeiam a vida dessa população vão desde a violência física até a insistente falta de respeito a identidade de gênero (mas não somente) que culminam em inúmeros rompimentos e privações.

Posto isso, devido a necessidade básica de sobrevivência, e de espaços em que seja possível a expressão de um corpo fora da norma, a saída para as pessoas trans, principalmente as mulheres trans e as travestis, é recorrer a prostituição e a trabalharem na rua. Segundo dados da Antra (2021), 90% da população de transexuais e travestis utilizam a prostituição como fonte primária ou complementar de renda.

Todas essas privações se dão em decorrência da imposição da heteronormatividade que opera, de maneira naturalizada, gerando para este grupo imensas desigualdades sociais, visto que estes performam em seus corpos identidades que rompem a norma e a desestabiliza, levando, assim, ao que Butler (2003) chama de abjeção. Como define Porto (2016):

Ao não se enquadrarem em uma determinada norma social, são alocados à abjeção e têm a existência e a materialidade de seus corpos ameaçadas socialmente, suas vidas tornam-se frágeis e precárias, pois são considerados menos humanos, aberrações de uma humanidade que se pretendia saudável e perfeita. Tornam-se vidas não passíveis de serem vividas. (Porto, 2016, p.164)

Em meio às repercussões da abjeção, o Estado brasileiro direciona atenção e cuidado às pessoas trans, predominantemente, por meio do setor saúde, localizado, mais especificamente, na Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e no processo transexualizador.

A regulamentação do Processo Transexualizador que foi formalizada pela Portaria da Secretaria de Atenção à Saúde nº 457, de 19 de agosto de 2008 (Brasil, 2008), se trata de uma normatização que visa a resgatar os princípios da universalidade do acesso e integralidade na atenção, mas especificamente em relação às dimensões físicas e psicossociais implicadas no processo de transformação característico à transexualidade, prioritariamente no contexto da atenção especializada (Lionço, 2009, p. 44).

Assim, o processo de transição de gênero envolve uma série de transformações corporais que podem ocorrer por meio de intervenção cirúrgica, ingestão de hormônios, entre outros, e tem intensas repercussões no cotidiano, visto que este se compõe como o cenário onde a materialidade da vida acontece e onde as práticas são elaboradas, mediadas, significadas e ressignificadas.

É no cotidiano que pessoas trans, mediante o processo de transição de gênero, serão impactadas pelos desdobramentos desta no interior das relações familiares, nas relações interpessoais, nas práticas de lazer, na construção de projetos de vida, no acesso e permanência nos espaços de educação formal, nas possibilidades de inserção no mercado formal de trabalho, entre outros (Silva & Souza, 2018).

Nos espaços de convívio familiar, esse processo se dá pela mudança, primeiramente física e depois comportamental, e que é anterior à própria transição. Nos ambientes educacionais essa transição tende a ser ainda mais desafiadora, visto que a aceitação e o respeito dos demais atores que compõem esse universo se colocam como fortes elementos para a manutenção das práticas ali desenvolvidas, podendo resultar em práticas de violência de múltiplas ordens, passando pelos aspectos físicos, mas também pelas dificuldades de manutenção das sociabilidades, pelo uso do banheiro, pela negativa ao reconhecimento da identidade das mais diversas formas. Esse movimento também se reflete no ambiente de trabalho, quando o sujeito já está inserido nele e, ainda, nas (im)possibilidades de inserção daqueles que ainda não compõem o universo do mercado formal.

Tendo em vista todas as imposições da heteronormatividade, as repercussões na vida daqueles que não respondem à norma, e a necessidade de um acompanhamento que não esteja centrado somente nos aspectos físicos e biológicos (Melo, 2016) mediante o processo de transição de gênero, a Terapia Ocupacional, tomando as dificuldades no que diz respeito à participação social, no interior dos cotidianos, como ponto de partida, vem desenvolvendo práticas no ambulatório trans de uma cidade da região Nordeste do Brasil.

A prática terapêutica ocupacional, junto à equipe do ambulatório, foi sendo conduzida de modo a desenvolver ações de atenção à saúde desta população por meio de atividades como forma de mediação dos fazeres e desdobrando, assim, em estratégias de pertencimento sociocultural e econômico, organizações da vida cotidiana, projetos de vida e fortalecendo as redes de suporte social.

Desse modo, o objetivo central deste estudo consiste em compreender o perfil e demandas para a Terapia Ocupacional, dos/as usuários/as do Ambulatório de Saúde Integral da Pessoa Trans do Hospital Universitário da Federal de Sergipe, entendendo essa compreensão como parte fundamental da elaboração de ações que vão ao encontro das demandas específicas dos sujeitos que buscam o serviço. Para tal, elencamos como objetivos específicos levantar dados primários em relação ao/a usuário/a quanto às redes de apoio, atividades produtivas e projetos de vida e, por fim, levantar habilidades e competências para os exercícios das práticas cotidianas.

2. Método

Foi realizado um estudo transversal e descritivo em um serviço de atendimento às pessoas trans num município do interior do Estado de Sergipe. De acordo com Silva e Menezes (2005), a pesquisa descritiva tem por objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou ainda, o estabelecimento de relações entre variáveis. Assim, os dados referentes ao perfil dos/as usuários/as foram levantados a partir de fichas de avaliação de terapia ocupacional, prontuários, e relatórios de observação ao perfil dos/as usuários/as realizadas no período de 2016 a julho de 2021. Este estudo

foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Hospital Universitário de Aracaju conforme Parecer Consubstanciado de números 4.791.286, CAAE: 43127521.5.0000.5546 e atendendo a Resolução nº 466 de 2012, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde.

Assim, foram levantados dados correspondentes às seguintes categorias: idade/data de nascimento, escolaridade, composição familiar, pessoas com quem mora, trabalho, participação em cursos de capacitação, atividades de lazer, habilidades específicas e projetos de vida.

Para fins de análise, essas categorias foram agrupadas em quatro grandes eixos: perfil, redes de apoio, trabalho e escolaridade, projetos de vida e habilidades.

Foram coletados dados de 77 usuários/as que foram atendidos/as pela Terapia Ocupacional durante 2016 a 2021. Sendo que em, 2016, houveram atendimentos correspondentes a um total de 9 (11,6%) usuários/as; em 2017, 6 (7,7%) usuários/as; no ano de 2018, 28 (26,3%) usuários/as; em 2019, 8 (10,3%) usuários/as; e em 2020, 12 (15,5%) usuários/as. Aqui vale ressaltar que, de março de 2020 até setembro do mesmo ano, os atendimentos presenciais foram suspensos em decorrência da pandemia do Covid-19 e que os dados de 2021 correspondem aos atendimentos realizados até o mês de julho em que 14 (18,1%) usuários/as foram atendidos/as pela Terapia Ocupacional.

- Contextualização do ambulatório e a inserção da Terapia Ocupacional na equipe

O ambulatório trans foi criado em 2015, através de uma ação de extensão da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho – Lagarto, com atendimentos fonoaudiológicos. Em 2016, houve a inserção de professores da UFS, de Terapia Ocupacional, de Fonoaudiologia e de Medicina, que passaram a integrar a equipe do ambulatório.

Em 2017, o ambulatório, que era coordenado pelo Departamento de Fonoaudiologia, já contava com vários professores da UFS (Medicina, Farmácia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Nutrição) e alguns profissionais voluntários (psicólogos e assistentes sociais) e alunos de residência (psiquiatria e multiprofissional de saúde). No mesmo ano, o ambulatório passou a compor como cenário de prática de Estágio Obrigatório de Terapia Ocupacional da UFS, aprovado pelo colegiado do curso.

Em 2018, através de uma contratualização da Universidade Federal de Sergipe com o Hospital Universitário de Lagarto (HUL) e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), foi proposto à criação do ambulatório especializado para atender às demandas específicas de travestis e transexuais (femininas e masculinas), na perspectiva de constituir-se em um campo de desenvolvimento de estratégias e ações que têm como objetivo contribuir para a integralidade no cuidado, a humanização da atenção, promovendo um atendimento livre de discriminação, enfocando a promoção da saúde, e a prevenção e assistência.

Sendo assim, a prática terapêutica ocupacional, junto à equipe do ambulatório, foi desenvolvendo ações de atenção à saúde desta população por meio de atividades individuais e grupais como uma forma de mediação do ser sócio ocupacional e, assim, desdobrando em estratégias de pertencimento sociocultural e econômico, organizações da vida cotidiana, projetos de vida, fortalecendo as redes de suporte social.

3. Resultados e discussão

3.1 Perfil

Dos/as 71 usuários/as que responderam quanto a sua cidade de origem, 6 (8,5%) são da cidade de Lagarto; 39 (54,8%) de Aracaju, e os outros 25 (35,3%) usuários/as são de vários municípios do estado, porém, vale ressaltar que apenas 1 (um) dos/as usuários/as é de outro estado.

Dos/as 73 usuários/as que responderam ao quesito idade obteve-se uma média ponderada: 23,8 anos; 55 (75,3%) usuários/as estão entre 18 à 25 anos; 5 (6,84%) usuários/as são menores de 18 anos e 5 (6,84%) usuários/as com idade maior de 40 anos.

De 77 usuários/as, 100% informaram seus nomes sociais e apenas 37 (48%) seus nomes de registro. Quanto à data de nascimento, apenas 22 (28,5%) soube informar e 73 (94%) só responderam suas idades. Quanto aos dados, como cidade de moradia, 71 (92,2%) informaram, porém, em relação a endereço e número de telefone, apenas 58 (75,3%) informaram esses dados, justificando a não informação, por receio em serem contactados/as pelo serviço e outras pessoas descobrirem que estão frequentando o ambulatório trans.

Quando questionados/as sobre suas identidades de gênero, 8 (10,4%) usuários/as recusaram a autodeclaração; 25 (32,5%) se autodeclararam mulheres trans; 24 (31,2%) homens trans; 7 (9,1%) masculino; 6 (7,8%) feminino; 4 (5,1%) não binário e 3 (3,9%) com identidades adicionais.

Quanto à família, 75 (97,4%) dos/as usuários/as informaram que têm pai e/ou mãe vivos, 73 (94,8%) têm irmãos. Vale ressaltar que 3 (3,8%) usuários/as afirmaram ter filhos, destes 1 (1,3%) relatou terem sofrido violência sexual. Quanto ao grau de parentesco, 64 usuários/as responderam com quem moram atualmente, destes, 46 (72,6%) moram com familiares primários/relações consanguíneas; 13 (20,5%) moram com familiares secundários e 5 (7%) moram sozinhos/as. Quando estimulados para descrever essa relação familiar, os resultados de 64 (83,1%) dos/as usuários/as são: 27 (42,1%) relatam que com a mãe é uma relação boa e/ou normal; 12 (18,8%) usuários/as descrevem como distante e/ou conflituosa; 16 (25%) usuários/as descrevem que com o pai a relação é distante e/ou conflituosa; 7 (11%) usuários/as relatam relação familiar ruim e/ou péssima, sendo que 2 (3,1%) destes descrevem que sofriam e/ou sofrem episódios constantes de violência física, inclusive com tentativa de ferimento com arma branca.

Em relação à escolaridade, 73 (94,8%) pessoas responderam, sendo que: 3 (4,1%) possuem o ensino fundamental incompleto; 6 (8,2%) possuem o ensino fundamental completo; 13 (17,9%) possuem o ensino médio incompleto e 29 (39,8%) possuem ensino médio completo. E em relação ao nível de escolaridade técnico, 1 (1,3%) usuário/a afirma ter concluído. No que se refere ao nível de escolaridade superior, 6 (8,2%) possuem ensino superior incompleto e 15 (20,5%) possuem o ensino superior completo.

No que diz respeito ao trabalho, 69 usuários/as responderam que têm algum tipo de trabalho e 50 (64,9%) descreveram suas ocupações laborais. Quanto ao trabalho que realizam, 32 (64%) usuários/as estão alocados no eixo de subempregos. Apenas 9 (18%) usuários/as estavam trabalhando com vínculo formal. 2 (4%) são artistas; 1 (2%) técnico de enfermagem; 2 (4%) são profissionais do sexo e 4 (8%) usuários/as estão em estágio remunerado pelas respectivas instituições de ensino superior que estudam.

Quanto às habilidades, 62 (80,52%) usuários/as as descrevem assim: 23 (37,10%) possuem habilidades culinárias, 15 (24,19%) possuem habilidades com atividades manuais, 11 (17,74%) se consideram comunicativos e sociáveis, 11 (17,74%) possuem habilidades musicais, 1 (1,61%) considera que resolve problemas com facilidade e 1 (1,61%) considera-se persistente e determinada.

Após a explicação e estimulação do terapeuta ocupacional, 64 (83,1%) descreveram outras habilidades concomitantes. Destes, 23 (35,9%) possuem habilidades manuais relacionadas a desenhar e escrever; 19 (29,6%) gostam de cozinhar; 14 (21,8%) possuem habilidades artísticas relacionadas à música e teatro; 12 (18,7%) descreveram habilidades relacionadas às suas profissões como, por exemplo, encanador, eletricista, entre outros; 11 (17,1%) relataram terem boas relações sociais; 9 (14%) possuem habilidades em vendas; 8 (12,5%) descreveram possuir habilidades com cuidados estéticos; 7 (10,9%) possuem habilidades com tecnologias; 7 (10,9%) descreveram possuir habilidades nas atividades domésticas; 5 (7,8%) descreveram gostar de outras línguas, como inglês e francês; 5 (7,8%) descreveram gostar de praticarem esportes; 4 (6,2%)

descreveram ter habilidades de organização; 3 (4,6%) cuidar de plantas e 2 (3,1%) descreveram ter habilidades nos estudos e em jogos.

Em relação às atividades de lazer, 59 (76,6%) afirmaram ter algum tipo de atividade de lazer e 57 (74%) descreveram essas atividades como: jogar capoeira; praia; assistir filmes, séries, e jogos online; tocar instrumentos; sair com amigos e passear; cuidar das plantas, pedalar, caminhar, acampar, viajar, malhar, leituras; ouvir música; comemoração familiar; festas com os amigos, barzinhos e ir ao cinema. Sair com amigos foi frequente em todas as respostas 54 (70,1%). Fazer compras com familiares aparece em 6 (7,7%) casos. Um relato bem comum, após afirmar que gostam de ir à praia ou piscina, declara que tem um “problema” em relação ao “corpo”; “as pessoas olham e fazem comentários”. Outra questão quanto ao hábito reduzido de atividades de lazer foi o relato de problemas ou impedimentos, por conta da falta de tempo e, principalmente, da falta de dinheiro para este fim.

Quanto ao item da ficha de anamnese em relação a projeto de vida, 66 (85,7%) usuários/as fazem a descrição; apenas 8 (10,3%) têm algum tipo de expectativa de vida quando questionados/as. 58 (87,8%) usuários/as têm em seus projetos de vida a possibilidade de viajar; ter carro, estabilidade e autonomia financeira, ter trabalho com vínculo formal. Já 19 (28,7%) usuários/as têm a expectativa de retificar o nome, casar, ter filhos e concretizar uma família feliz. 29 (43,9%) usuários/as relataram ter como seus projetos de vida terminar sua formação profissional e 15 (22,7%) deles em abrir o seu próprio negócio. 9 (13,6%) relatam o projeto de ser artistas e outros 7 (10,6%) em morar fora do Brasil. 12 (18,18%) deles dizem que a cirurgia é sua maior expectativa e projeto de vida. Uma constante em todas as respostas está na preocupação com a saúde mental, a mudança corporal e, conseqüentemente, estar confortável com o seu próprio corpo.

3.2 Rede de apoio

A presença ou a ausência de redes de apoio pode influenciar na trajetória de pessoas trans, isso porque essas redes oferecem diversos subsídios que a pessoa necessita para se desenvolver e buscar sua identidade dentro da sociedade (Pereira, 2020). Silva e Cerqueira-Santos (2014) citam Dunst e Trivette (1990) que propõem o termo suporte social informal, que se refere a àquele advindo de familiares, amigos, vizinhos e de grupos sociais que viabilizaram apoio nas atividades do dia a dia e que auxiliam na reafirmação da identidade de pessoas trans em seus contextos. Diante disto, é possível observar a importância dos vínculos familiares como uma rede de suporte social, afetivo e econômico, bem como de enfrentamento de desafios cotidianos, e compartilhamento de dúvidas e de sentimentos (Braz et al., 2020).

Dos/as usuários/as que trouxeram dados relacionados à relação familiar, sua maioria vive com seus familiares primários, no caso de 46 (72,6%), seguido de pessoas que moram com amigos ou companheiros, 13 (20,5%), e os que moram sozinhos, 5 (7%).

Considerando as dificuldades que as pessoas trans vivenciam, as relações familiares também perpassam por desafios, principalmente quanto aos padrões, necessidades e a performatividade de gênero não sejam compreendidos pelos demais membros, o que pode levar a rupturas de vínculos (Braz et al., 2020).

18,8% dos/as usuários/as afirmam terem uma relação ruim e/ou conflituosa com sua família e 11% classificam como ruim e/ou péssima, tal dado vem de encontro a dificuldade de aceitação e compreensão e a rejeição por parte da família dentro da identidade trans (Silva, 2018).

Para algumas etapas dos cursos de vida/ciclos de vida a rede de apoio é, além de importante, necessária. O apoio social e afetivo das pessoas com as quais o sujeito convive é essencial no enfrentamento das inevitáveis mudanças decorrentes na vida da pessoa trans, pois, além de poder se configurar como um fator de proteção, é no convívio com os membros de sua rede social e pessoal significativa que o indivíduo constrói sua realidade e pode desenvolver mecanismos internos de enfrentamento às adversidades (Silva, 2018).

Considerando a ausência ou ruptura dos vínculos familiares, outras redes vão sendo reconfiguradas, para grupos de amigos, relacionamentos amorosos/afetivos, organizações comunitárias ou não governamentais, onde as pessoas trans buscam o sentimento de pertencimento, de identificação com as pessoas ao seu redor, acolhimento de sua identidade/expressão de gênero e podem estabelecer e/ou fortalecer relações de suporte e confiança (Zucchi et al., 2019; Melo, 2021).

76,6% dos/as usuários/as afirmaram ter algum tipo de atividade de lazer e 74% descreveram os tipos de atividades. Através de atividades de lazer, é possível buscar o resgate da autoestima por meio de atividades mais descontraídas, promovendo um processo de trocas e socialização (Reis & Martins, 2020). É possível perceber isto na análise dos tipos de lazer que essa população mais realiza, como sair com amigos, fazer compras com familiares, ir a praia, leituras, ouvir música, pedalar, entre outros.

Uma das dificuldades enfrentadas pelas pessoas trans no exercício das atividades de lazer são com relação ao corpo, que, por fugirem do padrão cisnormativo, causam reações transfóbicas por parte de algumas pessoas. Pois, como afirma Serrano et al. (2019):

O corpo trans subverte a ordem binária dos sexos desconstruindo representações que normalizam corpo, gênero e sexualidade, colocando em questão o que os saberes médicos admitem como normal. Em virtude disso, esse corpo não é considerado adequado para espaços que possuem regras rígidas cis-heteronormativas de pertencimento.” (Serrano et al., 2019, p.11)

Outra dificuldade apontada com relação ao hábito reduzido de atividades de lazer foi o relato de impedimentos, por falta de tempo e, principalmente, falta de dinheiro para este fim. O acesso ao lazer ainda é restrito a uma minoria da população, considerando a classe, o nível de instrução, a faixa etária e o sexo; algumas pessoas podem ou não ter acesso a locais comuns de lazer, como bares, restaurantes e shoppings (Reis & Martins, 2020).

3.3 Trabalho e escolaridade

89,6% usuários/as responderam que possuem algum tipo de trabalho e 64,9% descreveram suas ocupações laborais. Destes, apenas 18% usuários/as estavam trabalhando com vínculo formal, o que vai de encontro aos achados de Silva et al (2020), que apontam apenas 16,7% possuindo vínculo formal de trabalho. O vínculo formal de trabalho, como também afirma Silva et al. (2020), seria possuir um vínculo de trabalho que ampara os empregados por meio de leis trabalhistas e medidas de proteção. Dessa maneira, quando significativa parte da população trans que participa dessa pesquisa alega não possuir vínculos formais de trabalho, nos leva ao questionamento de como se baseia a sobrevivência dessas pessoas e, ainda mais, o quanto os projetos de vida dessa população enfrentam vários atravessamentos pois os sonhos e os objetivos de vida, em sua maioria, só serão estruturados considerando a capacidade de sobrevivência básica.

O trabalho e a escolaridade andam juntos, pois, o baixo nível de escolaridade impacta de forma direta o acesso ao trabalho, visto que, como comenta Souza e Bernardo (2014), pode acabar acontecendo um ciclo vicioso onde o preconceito na infância acaba gerando a evasão escolar que acaba prejudicando a formação e capacitação das pessoas trans e ainda ao ser associado a exclusão pelo preconceito a sua identidade de gênero, restando assim poucas as opções no mercado de trabalho que são precárias e instáveis. Considerando que, segundo a Antra (2021), 90% da população de transexuais e travestis utilizam a prostituição como fonte primária ou complementar de renda, esse número ainda revela outros aspectos importantes como a dificuldade de entrada no mercado de trabalho formal e a baixa escolaridade, já mencionados, como também a saída/rompimento com os vínculos familiares, o que potencializa ainda mais as dificuldades e desafios, que já não são poucos e, em nossa pesquisa, apenas 4% são profissionais do sexo, nos fazendo refletir que o perfil de pessoas trans, que têm acesso ao ambulatório trans de Sergipe, ainda não são as pessoas trans mais vulnerabilizadas.

Considerando ainda a identidade de gênero, é possível fazer uma relação com a inserção ao mercado de trabalho, pois, como cita Silva et al. (2020, p.1730): Os homens transexuais têm maiores probabilidades de se inserir no mercado de trabalho por causa de dois fatores principais, que são: a alta passabilidade (uma aparência que concorda com a sua identidade de gênero) em relação a performatividade de mulheres trans e o uso dos hormônios que os protegem também de serem identificados como pessoas trans, o que pode impactar em menor discriminação, que vai de encontro ao estudo PRIDE, da OIT, mencionado por Silva et al. (2020), onde se foi observado, também, que ter uma expressão de gênero que não se adequa ao nome apresentado no documento e apresentar transição de gênero incompleta por ter dificuldades de acesso aos serviços para realização dos procedimentos necessários, resulta em dificuldades na inserção no mercado de trabalho. Sendo assim, a passabilidade se caracteriza como um elemento importante, mas não central, de acesso a diferentes espaços de trabalho.

Somado a tudo isso, ainda podemos considerar a questão da idade dessas pessoas trans um fator central no que se diz respeito a possibilidades concretas de inserção e manutenção no mercado de trabalho. Isso porque, pessoas trans muito novas precisam sozinhas garantir sua sobrevivência por não possuírem rede de apoio, principalmente financeira, e acabam ocupando locais de trabalho que não possuem garantia de direitos e que acabam por marginalizar ainda mais essa população.

3.4 Projetos de vida

Como menciona Siriano e Grandino (2018, p.88), “o projeto de vida, ou ausência dele, perpassa por uma reflexão sobre os desejos e os sonhos a serem realizados e que tipo de vida se pretende seguir”. Dessa forma, pensar em projetos de vida inclui em imaginar uma existência para além da sobrevivência, pois, quando imersos em um cotidiano que não possibilita o planejamento do futuro pelas constantes lutas por uma existência digna, se torna distante demais pensar em sonhos e objetivos a serem alcançados e, de acordo com Sehnem et al. (2021), o projeto de vida seria também uma ação de, entre tantos futuros possíveis, escolher um e transformar os seus desejos em objetivos possíveis de serem realizados representando um rumo para a vida. Tiveron (2008) aponta que o terapeuta ocupacional se coloca como mediador na elaboração de projetos de vida, no sentido de fornecer subsídios para que os sujeitos otimizem seus desejos e as habilidades que se tecem em suas histórias, nos transcursores socializadores, afetos que as suportam, nos valores e nas possibilidades de existência de cada sujeito (Bueno, 2007).

As políticas públicas, por meio das ações afirmativas, possuem papel central no que se refere a possibilitar novos cenários e maiores esperanças. Como afirma Mocelin et al. (2018), as ações afirmativas são implantadas em diferentes países, buscando responder demandas de movimentos sociais e possibilitar maiores condições de vida aos grupos historicamente invisibilizados, marginalizados e discriminados, pois, como afirma Sehnem et al. (2021), o projeto de vida vai depender de possibilidades que precisam ter alicerce no contexto socioeconômico e cultural que cada pessoa está inserida e assim circunscreve sua experiência, como, por exemplo, os trabalhos que essas pessoas exercem visto que é nessa concretude que as pessoas trans se colocam na possibilidade de “sonhar” e, se não existe um apoio familiar e a pessoa vem de camadas populares vulneráveis, dificilmente esse sujeito terá condições de construir projetos de vida que estejam distantes disso.

Sendo assim, ao pensar em planejar uma vida e atribuir a mesma diferentes oportunidades, 66 (85,7%) usuários/as fizeram a descrição dos seus projetos de vida. As maiores porcentagens apontam que 58 (87,8%) usuários/as têm em seus projetos de vida a possibilidade de viajar; ter carro, estabilidade e autonomia financeira, ter trabalho com vínculo formal, e 29 (43,9%) dos/as usuários/as relataram ter como seus projetos de vida terminar sua formação profissional. Em ambas as maiores porcentagens, o trabalho e a escolaridade aparecem juntamente a expectativa de estabilidade e autonomia financeira, colaborando com a ideia de que o trabalho aparece como ponto central na vida das pessoas como critério mínimo de subsistência e, mais uma vez, a idade nos ajuda a pensar, pois as possibilidades de projetos de vida acontecem de uma forma

muito específica para cada ciclo de vida. Por isso, os projetos de vida descritos estão sendo desenvolvidos analisando de uma maneira geral, no início da vida adulta.

Tudo isso se estrutura também levando em conta as habilidades que as pessoas possuem, pois são elas que os direcionam nos sonhos e objetivos a serem alcançados. Após uma explicação mais detalhada e atenciosa, 64 (83,1%) descreveram habilidades que possuem e, entre elas, as maiores porcentagens apontaram que 23 (35,9%) possuem habilidades manuais relacionadas a desenhar e escrever; 19 (29,6%) gostam de cozinhar e 14 (21,8%) possuem habilidades artísticas relacionadas à música e teatro e ao observar as maiores porcentagens em relação aos projetos de vida já mencionados, apresentam uma predominância no que diz respeito à escolaridade e vínculos de trabalho. Podemos perceber a relação direta pelas habilidades descritas fazerem parte de um conjunto de atividades que compõem um trabalho a ser remunerado.

De forma conjunta ao que já foi descrito, possuir rede de apoio é primordial para compor as possibilidades de construir e, além disso, materializa e executa todos eles. Na nossa população, no que diz respeito à relação familiar, os que nos chama atenção é que 27 (42,1%) relatam que com a mãe é uma relação boa e/ou normal, mas 16 (25%) usuários (as) descrevem que com o pai a relação distante e/ou conflituosa e, ainda, 2 (3,1%) destes descrevem sofrer episódios recorrentes de violência física e tentativa de ferimento por arma branca. O que caracteriza, assim, cenários diferentes para estruturar um projeto de vida e o como a figura materna, na população estudada, tem predominância como um suporte familiar e a figura paterna, por outro lado, apresenta aspectos de conflitos e distanciamentos.

3.5 Habilidades

Para a Terapia Ocupacional, as atividades que são realizadas na vida cotidiana se tornam significativas para os sujeitos que as praticam pois possuem a potencialidade de oferecer identidade, autodeterminação, reorganização e ressignificação (Galheigo, 2003). Assim, caso o indivíduo apresente alguma dificuldade ou impedimento para o exercício dessas atividades, o terapeuta ocupacional é o profissional capacitado para intervir nessas demandas.

Localizar as habilidades específicas dos sujeitos, para a terapia ocupacional, representa uma importante ferramenta de trabalho, uma vez que a partir delas, é possível reconhecer as potências dos sujeitos, e trabalhar aspectos voltados para a promoção ou resgate da autonomia naquilo que diz respeito à participação social.

Profissionais de Terapia Ocupacional observam e analisam as habilidades dos sujeitos na composição dos seus fazeres para compreender as dimensões subjetivas e objetivas que as envolvem, as crenças, os valores, o contexto no qual estão inseridas e se estes possibilitam o desenvolvimento e exercício das múltiplas atividades que se tecem na composição da vida. É também de fundamental importância a percepção dessas habilidades na sua materialidade, entendendo-as como parte fundamental dos cotidianos que são construídos e que se compõe como o cenário da vida social.

Vale ressaltar que, sem que fossem estimulados, os/as usuários/as não falavam sobre suas habilidades, seja por falta de oportunidade, seja por não esperarem que em um ambulatório fosse uma pergunta importante. Mas para a Terapia Ocupacional tem um significado para além do aspecto saúde, considerando sua condição de sujeito e a complexidade que isso envolve.

89,52% dos/as usuários/as trouxeram aspectos relacionados a suas habilidades, 37,10% relataram ter habilidades culinárias, 24,19% habilidades manuais, 11,74% habilidades comunicativas. Esses dados corroboram com os tipos de trabalho realizados por essa população, em que 64% dos/as usuários/as estão alocados em subempregos e, por conta disso, descreveram suas habilidades relacionadas às suas profissões, como encanador, eletricista, cozinheiro, vendedor, entre outras.

Após a explicação e estimulação do terapeuta ocupacional, 64 (83,1%) descreveram outras habilidades concomitantes. Destes, 35,9% possuem habilidades manuais relacionadas a desenhar e escrever; 21,8% possuem habilidades artísticas relacionadas à música e teatro; 10,9% possuem habilidades com tecnologias; 7,8% descreveram gostar de outras línguas, como

inglês e francês. Essas habilidades descritas vão de encontro ao nível de escolaridade dos/as usuários/as, em que 39,8% possuem ensino médio completo e 20,5% possuem o ensino superior completo.

O que leva a compreender que muitas das habilidades específicas apresentadas podem ser decorrentes dos níveis de escolaridade e de estudo dessa população. Bem como do item idade, pois, considerando que a média ponderada dos/as usuários/as, é de 23,8 anos, muitos procuram desenvolver habilidades que venham a trazer uma identidade e ao mesmo tempo uma forma de sustento e de realizar objetivos.

4. Conclusão

Quando falamos das pessoas trans que acessam o Ambulatório de Saúde Integral da Pessoa Trans da cidade de Lagarto, estamos falando de uma população que tem, comparada à média nacional, bom nível de escolaridade, são predominantemente jovens, e têm algum tipo de trabalho, mesmo que estes se configurem como subempregos. Em relação à família, a maior parte vive com familiares primários/relações consanguíneas ou familiares secundários.

No que diz respeito aos projetos de vida, o recorte específico dessa pesquisa nos demonstra que esses projetos existem, e que, de alguma forma, estão sendo construídos, seja por meio da entrada no sistema de ensino formal ou seja por meio da rede de apoio.

É importante salientar que esses dados, como nos aponta o perfil, fala de um segmento dessa população que consegue chegar aos serviços de saúde, no entanto, isso não nos informa sobre a realidade geral dessa população no município, mas de um recorte específico que, por algum motivo, consegue acessar o ambulatório. Essas possibilidades podem estar ligadas a questões como a existência e/ou consistência de uma rede de apoio, participação no mercado de trabalho, acesso à informação a partir dos aspectos ligados à formação, possibilidades de participação social, entre outros.

A literatura nos afirma que boa parte das pessoas trans estão nos espaços de prostituição, o que não corrobora com os achados desta pesquisa, quando observamos, por exemplo, os dados relacionados às pessoas trans e experiências laborais, ou os dados ligados à presença de uma rede de apoio. Mas, com isso, não podemos inferir que as pessoas trans de Lagarto não estão predominantemente inseridas no mercado do sexo, apesar de 2 usuários/a do serviço relatem ser profissionais do sexo. Podemos afirmar que poucas pessoas que estão no mercado do sexo estão acessando o ambulatório e, com isso, também refletir sobre as possibilidades, em termos de estratégias possíveis, para acessar essas pessoas ou, ainda, questionar sobre qual a forma que o ambulatório trans e, mais especificamente, a Terapia Ocupacional, podem contribuir para a produção de saúde dessas pessoas.

É possível questionar quem são as pessoas que chegam ao serviço, pois, certamente, não são as pessoas trans mais vulnerabilizadas apontadas pela literatura, de acordo com o perfil traçado. Quem chega são pessoas trans que têm apoio, que têm contato com as relações familiares, que têm trabalho, ainda que informais. Ou seja, quem têm algum tipo de suporte e de participação social.

Embora exista uma literatura sobre pessoas trans que venha se compondo de maneira cada vez mais expressiva (especialmente no campo das ciências sociais e das ciências psi) nas últimas três décadas no cenário brasileiro, ter acesso às questões específicas que envolve seus perfis, características e dinâmicas podem ser um potente norteador na elaboração de proposições e práticas mais emancipatórias.

Compreender sobre o perfil de um dado grupo social que acessa a um serviço de saúde diz respeito a entrar em contato com suas especificidades para, então, pensar estratégias de produção de cuidado que vão ao encontro das demandas específicas dos sujeitos da atenção. Assim, pensamos a identificação desses perfis e os elementos específicos para a ação terapêutico ocupacional como meio para o planejamento de estratégias que possam potencializar o cuidado e a atenção a essas pessoas, e como forma de aprofundar o conhecimento desta população, utilizando-se de abordagens que vão ao encontro das

demandas dos sujeitos individuais e coletivos, visando a participação e inserção nos espaços e práticas sociais, como também potencializando fazeres.

Em muito interessa aos terapeutas ocupacionais compreender como os sujeitos organizam suas vidas e constroem seus cotidianos, e isso passa por entender as esferas macro e micro da vida. Entender as redes de apoio social, o que se tem de possibilidades em torno da inserção no mercado de trabalho, o acúmulo de experiências e desenvolvimento de habilidades e potencialidades, as oportunidades que conseguiu acessar e as que acessa. São múltiplos os fatores que se apresentam como elementos importantes na construção e percepção das demandas para a terapia ocupacional, e que mediam a elaboração de estratégias individuais e coletivas na direção da ampliação de possibilidades de condições de operacionalização da vida. Notadamente, este estudo não se propõe a apreender a analisar os aspectos estruturais que se relacionam com a construção desse perfil, o que é de imensa importância para proposições de ações mais efetivas e potentes diante das exclusões comumente sofridas por essa população.

A partir do estudo apresentado, enfatizamos a necessidade de novas pesquisas que considerem e investiguem os perfis dos sujeitos assistidos pelos serviços específicos para pessoas trans, no sentido de compreender as especificidades dessa população, dados os marcadores sociais que se interseccionam nos diferentes territórios e realidades. Apontamos ainda a necessidade de estudos que se dediquem a construir análises acerca dos contextos (no que diz respeito aos aspectos sociais, econômicos, culturais e históricos) que aloca esses sujeitos nesses lugares sociais e que se colocam como base de sustentação para na manutenção de lugares de exclusão. Entendemos que essas múltiplas esferas de apreensão e análise são importantes na compreensão das principais demandas dessa população, contribuindo assim com a proposição de ações, não somente no âmbito da terapia ocupacional, mas de todas as especificidades que contribuem na produção de cuidado em saúde.

Referências

- Antra. (2021). *Dossiê: Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2020*. ANTRA/IBTE.
- Brasil. (2008). *Portaria Nº 457/SAS de 19 de agosto de 2008*. Diário Oficial da União.
- Braz, D. G. C., Reis, M. B., Horta, A. L. M., & Fernandes, H. (2020). Vivências Familiares no Processo de Transição de Gênero. *Acta Paul Enferm*, 33 (1), 1-8.
- Bueno, K. M. P. (2007). *Construção de habilidades: trama de ações e relações*. Autentica.
- Dias, J. A. H. & Bernardineli, M. C. (2016). O Transexual e o Direito de Acesso ao Mercado de Trabalho: do Preconceito à Ausência de Oportunidades. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, 2 (2), 243- 259.
- Galheigo, S. M. (2003). O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto histórico-social. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 14 (3), 104-109.
- Lionço, T. (2009). Atenção Integral à Saúde e Diversidade Sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 19 (1), 43-63.
- Melo, K. M. M. (2016). Terapia Ocupacional Social, pessoas trans e Teoria Queer: (re)pensando concepções normativas baseadas no gênero e na sexualidade. *Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional*, 24 (1), 215-223.
- Melo, K. M. M. (2021). *Entre rupturas e permanências: Modos de vida e estratégias de enfrentamento à vida nas margens no cotidiano de pessoas trans*. (Tese de doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Mocelin, C. E., Martinazzo, C. J., & Guimarães, G. T. D. (2018). A trajetória histórica da constituição do marco legal das Ações Afirmativas. *Argumentum*, 10 (1), 293-308.
- Pereira, M. C. (2020). *Análise das Experiências Sociais e Subjetivas de Mulheres Trans: um estudo sobre rupturas e continuidades geracionais*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- Porto, T. S. (2016). A incômoda performatividade dos corpos abjetos. *Ide*, 39 (62), 157-166.
- Reis, D. A. S., & Martins, A. M. (2020). Diversidade Sexual e Políticas Públicas de Lazer para as Pessoas LGBTTI. *Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer – UFMG*, 23 (4), 510-534.
- Salles, M. M., & Matsukura, T. S. (2013). Estudo de revisão sistemática sobre o uso do conceito de cotidiano no campo da terapia ocupacional no Brasil. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 21 (2), 265-273.

- Sehnm, G. D., Paula, F. M., Monteiro, A. S., Machado, A. S., Scopel, M. F., Dallabrida, G. S., & Neves, E. T. (2021). Projetos de vida de adolescentes que vivem com HIV/AIDS. *Saúde (Santa Maria)*, 47 (1), 1-13.
- Serrano, J. L., Caminha, I. O., Gomes, I. S., Neves, E. M., & Lopes, D. T. (2019). Mulheres Trans e Atividade Física: Fabricando o Corpo Feminino. *Interface (Botucatu)*, 23 (1), 1-15.
- Silva, E. L., & Menezes, E. M. (2005) *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. UFSC.
- Silva, B. B., & Cerqueira-Santos, E. (2014). Apoio e Suporte Social na Identidade Social de Travestis, Transexuais e Transgêneros. *Revista da SPAGESP*, 15 (2), 27-44.
- Silva, M. F. (2018). *Trajetória Trans: Apoio Social e Relações Afetivo-Sexuais de Transexuais*. Dissertação (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Silva, M. A., Luppi, C. G., & Veras, M. A. S. M. (2020). Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, 25 (5), 1723-1734.
- Silva, R. G. L. B., Bezerra, W. C., & Queiroz, S. B. (2015). Os Impactos das Identidades Transgêneros na Sociabilidade de Travestis e Mulheres Transexuais. *Rev Ter Ocup Univ São Paulo*, 26 (3), 364-72.
- Silva, V. N. F., & Souza, A. V. M. (2018). Pessoas Trans: Processos de Inclusão e Exclusão Social. Conferência Internacional de Estudos Queer.
- Siriano, F. F., & Grandino, P. J. (2018). Juventude em desenvolvimento: as experiências formativas e a construção de projeto de vida. *Rev. Cienc. Educ.*, 42 (1), 79-98.
- Souza, H. A., & Bernardo, M. H. (2014). Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. *Revista Bagoas*. 11 (1), 157-175.
- Tiveron, R. M. A. (2008). *Terapia Ocupacional no campo da gerontologia: uma contribuição para revisão de projetos de vida*. (Dissertação de Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Zucchi, E. M., Barros, C. R. S., Redoschi, B. R. L., Deus, L. F. A., & Veras, M. A. S. M. (2014). Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo. *Cad. Saúde Pública*, 35 (3), 1-13.